

ECONOMIA MORAL EM JAMES SCOTT E AS PERSPECTIVAS DE SEUS CRÍTICOS¹

Marilda Aparecida de Menezes²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o conceito de economia moral desenvolvido no livro *The Moral Economy of the Peasant. Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*, do cientista político e antropólogo James C. Scott. Esse livro, publicado em 1976, causou grande controvérsia entre pesquisadores de teoria social e econômica e das formas do campesinato nas sociedades contemporâneas. Analisamos algumas visões desse debate teórico. Estruturamos a argumentação em quatro partes: a primeira analisa a concepção de economia moral em James Scott; a segunda problematiza a crítica formulada por Samuel Popkin ao pensamento de James Scott; a terceira verifica as diversas críticas que enfatizaram os contrastes ou as conexões entre as duas visões teóricas; e, na última parte, apresentamos, brevemente, alguns autores que defendem a possibilidade de aplicação da teoria da economia moral às sociedades contemporâneas.

Palavras chaves: Economia Moral, Teorias do Campesinato, Camponês Racional, James Scott, Samuel Popkin.

MORAL ECONOMY IN JAMES SCOTT AND THE PERSPECTIVES OF HIS COMMENTATORS

ABSTRACT

This article aims to analyze the concept of moral economy developed in the book *The Moral Economy of the Peasant. Rebellion and subsistence in Southeast Asia*, written by the political scientist and anthropologist James C. Scott. This book, published in 1976, has generated great controversy among researchers from social and economic theory and scholars of peasant forms in contemporary societies. We analyze some views of this theoretical debate. We structure the argument in four parts: the first analyzes the concept of moral economy in James Scott; the second discusses the criticism by Samuel Popkin at the thought of James Scott and third checks the various criticisms that emphasized the contrasts and connections between the two theoretical views. Finally, we refer, briefly, to some authors who advocate the use of moral economy for contemporary societies.

Keywords: Moral Economy, Peasant Theories, Rational Peasantry, James Scott, Samuel Popkin.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar o conceito de economia moral desenvolvido no livro *The Moral Economy of the Peasant. Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*, do cientista político e antropólogo James C. Scott. Esse livro, publicado em 1976, causou grande controvérsia entre pesquisadores de teoria social e econômica e das formas do campesinato nas sociedades

¹ Este artigo é uma versão substancialmente modificada de texto produzido no Estágio de Pós-Doutorado, no Agrarian Studies Seminar, coordenado por James Scott, na Yale University, no período de Julho de 2004 a Junho de 2005, financiado pela CAPES. Agradecemos a leitura criteriosa de Celso Gestermeier, UFCG; Edgard A. Malagodi, UFCG; Emilia Pietrafesa de Godoi, UNICAMP; Frederico de Castro Neves, UFCE; Ghislaine Duqué, UFCG e Maristela de Paula Andrade, UFMA. Agradeço a arguta revisão, realizada em outubro de 2019, do Prof. Luis Henrique Cunha, UFCG, e as contribuições relevantes em termos conceituais, teóricos, bem como da precisão da tradução.

² Profa. UFABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais; Profa. Colaboradora UNICAMP, Doutorado em Ciências Sociais; Pesquisadora CNPq 1C. E-mail: menezesmarilda@gmail.com

contemporâneas. Destacamos aqui a reação de Samuel Popkin no livro *The Rational Peasant: The Political Economy of Rural Society in Vietnam*, baseado no argumento de que os camponeses são agentes racionais que agem para maximizar seus próprios interesses³.

Os trabalhos de Scott e Popkin foram publicados respectivamente em 1976 e 1979, em um período de efervescência de estudos sobre o campesinato na Europa e Estados Unidos, devido aos movimentos revolucionários no sudeste asiático, em especial a Guerra do Vietnam. Após a publicação do ‘camponês racional’, de Samuel Popkin, como uma reação teórica ao livro *A economia moral dos camponeses*, de James Scott, vários intelectuais em diversas ciências humanas, tais como a história, geografia, sociologia, antropologia, ciência política e direito, reagiram com diferentes posições a essas contrastantes perspectivas.

Esse debate foi mais acalorado nas décadas de 1970 e 1980, no entanto, permanece em evidência até o presente momento. Nossa proposta neste artigo é analisar algumas visões desse debate teórico. Estruturamos a argumentação em quatro partes: a primeira analisa a concepção de economia moral em James Scott; a segunda problematiza a crítica formulada por Samuel Popkin ao pensamento de James Scott e a terceira verifica as diversas críticas que enfatizaram os contrastes ou as conexões entre as duas visões teóricas. Na última parte, apresentaremos, brevemente, alguns autores que defendem a possibilidade de aplicação da teoria da economia moral para sociedades contemporâneas.

A ECONOMIA MORAL DOS CAMPONESES EM JAMES C. SCOTT

Inspirando-se nos trabalhos de E. Wolf (1969), B. Moore (1966), Shanin (1966) e Chayanov (1966) e tomando como contexto empírico o desenvolvimento histórico das sociedades agrárias no Myanmar e Vietnam, James Scott desenvolveu o conceito de economia moral com objetivo de compreender a racionalidade econômica, social e cultural dos camponeses, assim como seu comportamento político. Este expressa uma ‘economia e sociologia da ética da subsistência’ e se fundamenta em três noções: a de safety-first (segurança-primeiro) ou “risk-avoidance” (risco mínimo); a de “justiça” permeada na rede de reciprocidade entre amigos, parentes, nas relações com os patrões ou até mesmo com o estado; e de subsistência como uma reivindicação moral (*right to subsistence*) (Scott, 1976, p. 27).

³ Agradeço a crítica do Prof. Luis Henrique Cunha (UFCG) sobre meu entendimento de que para Popkin as ações do campesinato fundamentam-se em racionalidade instrumental e não em normas e regras sociais. Nas palavras do Prof. Luis Henrique: “Popkin não considera o campesinato como coletividade, mas o comportamento dos camponeses como agentes racionais, que agem para maximizar seus próprios interesses. Isso não quer dizer que não considere normas e regras sociais, mas que estas são maleáveis, negociáveis e que mudam de acordo com considerações sobre poder e interações estratégicas entre indivíduos”.

O princípio de ‘segurança em primeiro lugar’ (*safety-first*) é explicado nos seguintes termos:

(...) a ideia básica sobre a qual meu argumento se fundamenta é tanto simples quanto, eu acredito, poderosa. Ela emerge de um dilema econômico central das unidades camponesas. Vivendo próximo à margem da subsistência e sujeita às imprevisibilidades do clima e das demandas exteriores, a unidade camponesa tem pouco espaço de manobra para agir a partir do princípio do cálculo da maximização do lucro, como pressupõe a economia neoclássica. Tipicamente, o camponês cultivador procura mais evitar um risco que poderá arruiná-lo do que tentar um grande investimento que pode ser arriscado e fatal. Em termos de processo de decisão, seu comportamento demonstra aversão ao risco, ele, subjetivamente, minimiza a probabilidade de perda máxima. (Scott, 1976, P. 4)

Segundo Scott (1976, p.5), o princípio da ‘segurança em primeiro lugar’ é o que fundamenta uma grande variedade de arranjos técnicos, sociais e morais das sociedades camponesas. Os camponeses preferem culturas tradicionais e técnicas de produção que são conhecidas por garantirem a produção requerida pela família (Haggis *et al.*, 1986, p. 1436; Scott, 1976, p.7). A unidade doméstica familiar é chave no comportamento econômico, social e político de todos os camponeses e não apenas daqueles no Sudeste asiático (Haggis *et al.*, 1986, p.1436).

Quando Scott argumenta que os camponeses se orientam pelo princípio de *safety-first*, ele não se refere a todos os camponeses em geral, mas aos que vivem em níveis mínimos de sobrevivência e pode não ser aplicável às outras situações: “(...) para camponeses com alta renda, terra abundante, família pequena, plantios de culturas lucrativas e outras oportunidades de emprego, o argumento provavelmente não se aplica.” (Scott, 1976, p. 25).

Nessa condição, incluem-se não apenas camponeses, mas, também, os pescadores, pequenos comerciantes, ex-camponeses que enfrentam permanentemente o risco de desemprego, ou que vivem numa margem mínima de sobrevivência.

O princípio de ‘segurança-primeiro’ como orientador da conduta dos camponeses não significa que eles não adotem riscos, tais como experimentar novas sementes, técnicas de produção e relações com o mercado:

“O princípio de ‘segurança-primeiro’ não implica que o comportamento dos camponeses é fixado em modos de pensar e agir e que nunca assumem riscos que possam ser evitados. Quando a inovação, tais como as culturas de estação seca, novas sementes, técnicas de plantio ou produção para o mercado, oferece ganhos claros e substanciais e um risco pequeno ou nenhum risco à segurança de subsistência, é possível que os camponeses a implementem. O que a ‘segurança-primeiro’ realmente implica é que existe um perímetro defensivo em torno destas rotinas de subsistência a partir das quais os riscos são evitados como potencialmente catastróficos e fora dele é possível que um cálculo capitalista de lucro possa prevalecer. (Scott, 1976, p. 24)

A ética da subsistência, além de definir uma estratégia produtiva, também organiza as relações sociais baseadas em regras de reciprocidade com parentes, amigos, vizinhos, patrões e, de modo mais

distanciado, com o estado (Scott, 1976, p. 27-8; p. 167-176; Haggis *et al.*, 1986, p. 1436), bem como orienta a avaliação dos camponeses sobre relações de trabalho com os proprietários da terra.

Essa ética se refere à tradição antropológica, mencionando Malinowski (1932) e Mauss (1954), que consideram a reciprocidade como a base da estrutura da amizade e das alianças em sociedades tradicionais⁴. A norma da reciprocidade está presente em relações sociais entre iguais e desiguais na estrutura social:

(...) para nossos propósitos, é fundamental compreender que a obrigação da reciprocidade é um princípio moral par excellence e que se aplica fortemente a relações entre desiguais e iguais. Nas sociedades camponesas ainda não penetradas pelas clivagens de classe, esses relacionamentos normalmente assumem a forma de laços do tipo patrão- cliente.” (Scott, 1976, p. 168/9).

A reciprocidade simétrica baseada na troca entre iguais é encontrada em muitas comunidades camponesas, em rituais de refeições comunais, troca de serviço, ajuda em momentos de dificuldades financeiras, doença e morte. Quando se trata da reciprocidade assimétrica, entre desiguais, expressa em relações entre patrão e trabalhadores, a questão crucial é verificar se as relações de dependência são concebidas pelos trabalhadores como primariamente colaborativas e legítimas ou como de exploração (Scott, 1976, p. 170/1).

Essa é uma questão que varia historicamente e entre grupos, e, portanto, não pode ser respondida *a priori*, mas precisa ser analisada em cada caso específico. O princípio da reciprocidade foi identificado em nosso trabalho sobre as percepções dos camponeses do Sertão Paraibano em relação aos seus patrões, na década de 1980 (Menezes, 1995). O bom patrão era tido como aquele que dava assistência em momentos de fome, doença e morte. Com a transformação das condições da morada, os patrões crescentemente foram se tornando ruins, pois aumentaram as exigências de trabalho do morador, ao mesmo tempo em que seus deveres e obrigações foram diminuindo.

O ponto relevante a destacar é que a reciprocidade assimétrica se orienta pela avaliação que os camponeses ou grupos subalternos têm das expectativas, obrigações, deveres e direitos em relação a grupos que estão em situação de dominação. O julgamento dessas relações varia em uma escala gradativa do que é concebido como justo e legítimo. Se os grupos subalternos avaliam uma relação de

⁴ As correntes contemporâneas sobre dádiva e reciprocidade influenciadas pelo pensamento de Marcel Mauss afirmam que as relações de reciprocidade também estão presentes nas relações sociais nas sociedades contemporâneas. Não poderemos entrar aqui nesse debate, mas mencionamos algumas referências: Martins, 2006, 2002; Caille, 2002; Sabourin, 1999; Menezes, 2006.

desigualdade, de poder, de exploração como uma ‘troca equilibrada’⁵ é porque responde às suas expectativas de legitimidade.

A ética da subsistência também se constitui como um ‘direito social’. Essa concepção tem influência do trabalho de Thompson (1971), que estudou os protestos contra o aumento do trigo nos séculos XVIII e XIX, e Polanyi (2001). Scott resume da seguinte forma esta noção:

A mínima formulação é que as elites não deveriam invadir a reserva de subsistência das pessoas pobres; e a máxima formulação é que as elites têm a obrigação moral de providenciar a manutenção dos subalternos em tempos difíceis (Scott, 1975, p. 33).

A premissa básica do “direito à subsistência” é que os membros de uma comunidade têm o direito de viver na medida em que os recursos locais o permitam (Scott, 1976, p. 176). Esta ideia é tratada extensivamente ao longo do livro até o último capítulo, em que analisa a relação entre o direito à sobrevivência, a revolta e a revolução no caso do Vietnã, na década de 1960. A ética da subsistência como uma reivindicação moral está presente nas relações sociais baseadas em dependência personalizada e, portanto, diferenciadas das relações de trabalho assalariadas e de contrato formal⁶.

A definição do significado social do direito à sobrevivência varia em cada contexto histórico, bem como as obrigações das ‘elites’ para com os subalternos. Quando falamos de elites, entendemos não apenas os patrões, no caso de camponeses, os donos da terra, mas também outros indivíduos e grupos que estão em posição de dominação econômica, social, cultural e política como prefeitos, vereadores, governador de estado ou outros agentes identificados como detentores de poder.

A subsistência como direito e as regras de reciprocidade são, também, constituintes das motivações que fundamentam as ações e reivindicações dos camponeses e de outros grupos subalternos, sejam essas individuais ou coletivas:

(...) noção camponesa de justiça e legitimidade, nossa análise sugere, é baseada na norma de reciprocidade e a consequente obrigação da elite (o que é direito camponês) de garantir – ou ao menos não retirar ou limitar as reivindicações e arranjos de subsistência do camponês. Consequentemente, uma característica central das reações camponesas à violação de seus direitos é seu caráter moral. Ao não reconhecer os direitos básicos dos camponeses, as elites negam qualquer direito atribuído à produção camponesa e, terão, sem dúvida, dissolvido as bases normativas para a deferência continuada. (Scott, 1976, p. 188/9)

Nesse trecho, Scott esclarece que as diferentes formas de reação dos camponeses em crises de subsistência não se explicam diretamente por razões biológicas, mas por princípios morais, no caso o

⁵ “The idea of a balance of reciprocity or a balance of exchange implies a continuum of possible links, ranging all the way from equality of exchange to unreciprocal relationships of pure coercion” (Scott, 1976, p.174).

⁶ No Brasil, alguns autores analisam os saques na região Nordeste como uma expressão da ‘ética da subsistência’, ou seja, uma ação que expressa a compreensão dos camponeses de que as elites e/ou o Estado tem a obrigação moral de não os deixar com fome (Neves, 2000)

direito à subsistência. Ele faz referência a um artigo de Peter Uppsha (1971), que distingue entre ‘frustração e privação’ (*frustration and deprivation*) e indignação. Frustração não envolve uma relação com outros atores ou normas aprendidas, enquanto que indignação envolve a relação entre indivíduos e sociedade orientada por um quadro moral (Scott, 1976, p. 188). O autor cita várias formas de ações que resultam da indignação e que se fundamentam em princípios de justiça, como roubo de grãos e outros alimentos dos fazendeiros, protestos contra aumento de preços de alimentos e saques.

A associação entre a crise de subsistência e a rebelião baseada no princípio de justiça social é contestada por muitos autores. Um deles é Haggis *et al.* (1986, p. 1448), que entende que as rebeliões não resultam necessariamente da desarticulação da economia moral dos camponeses. Minha leitura é que não há uma relação necessária, mecânica ou automática entre ‘crise de subsistência’ e rebelião, conforme atesta o próprio texto de Scott:

(...) crescente exploração e insegurança econômica podem, neste contexto, levar à raiva e indignação moral, mas não necessariamente à rebelião. Nós temos que reconhecer a possibilidade de que o maior obstáculo à rebelião agrária no sudeste asiático não é a falta de exploração, mas os riscos extremos que o estado e as elites rurais podem impor aos possíveis rebeldes. (Scott, 1976, p. 226).

As expressões de consciência dos camponeses serão mais amplamente desenvolvidas em livro posterior de Scott, chamado *Weapons of the weak: the everyday forms of peasant resistance*, 1985. Se estes direitos falham, a legitimidade da ordem pode estar ameaçada e isto pode proporcionar um ambiente para revolta, mas não significa que necessariamente ocorra (Scott, 1976, p. 184). Segundo Evans (1986, p. 13), no livro *Economia Moral dos Camponeses*, a ética da subsistência é o marco da operação da reciprocidade em que há ausência de direitos civis e políticos. A indignação pode se expressar na linguagem oral, escrita, gestos, rituais, silêncio, ações e rebeliões, e pode resultar tanto em ações de resistência individuais quanto em ação coletiva. A concepção de economia moral de James Scott é questionada por Samuel Popkin, em seu Livro *O Camponês Racional*. Apresentaremos alguns aspectos desse debate na seção seguinte.

O CAMPONÊS RACIONAL DE POPKIN

Segundo Popkin (1979, p.5-6), os economistas morais assumem que os camponeses são anti-mercado, estão voltados mais para a auto-subsistência e não compra e venda. O seu bem-estar fundamenta-se na *closed corporate community*, conceito construído por Eric Wolf (1957) para se referir a comunidades camponesas organizadas por um corpo de direitos, especialmente da posse da terra. São consideradas ‘comunidades fechadas’ porque esses direitos são limitados à população local.

(Popkin compreende que considerar que os camponeses são anti-mercado é equivocado, pois eles compreendem a sua lógica e negociam com mercadores, atravessadores e outros agentes sociais.

Para Popkin (1979, p. 1-30), os camponeses orientam seu comportamento não pelo princípio da segurança-primeiro (*safety-first*) e pela ética da subsistência e da reciprocidade, nos termos definidos por James Scott, mas, antes, através de investimentos de longo e curto prazos. Ao questionar o princípio da ‘segurança-primeiro’ – do menor risco –, argumenta que as culturas de mercado podem oferecer uma renda maior que as de subsistência, porém, segundo aquele princípio, se assume *a priori* que as culturas de mercado estão mais submetidas a risco. Popkin (1976, p.22) critica esta tese e diz que os camponeses investem e assumem riscos ao tentar inovações. A inovação tecnológica falha entre os camponeses não por conta do risco e de suas estratégias de proteção, mas devido à baixa qualidade de liderança e mútua desconfiança. Essas ideias mostram que a concepção do camponês racional de Popkin, centrada no *homo economicus*, é construída numa negação sistemática das teses de James Scott.

Popkin entende que a visão de que o mercado, pequeno ou local, proporciona uma subsistência mais segura para os camponeses do que os mercados nacionais e internacionais é um mito. A comercialização da agricultura não é totalmente deletéria para os camponeses, embora altere dramaticamente a sociedade camponesa (Popkin, 1975, p.79). Assim, defende uma abertura da produção camponesa para o mercado local, nacional e internacional.

O centro da análise de Popkin (1976) é priorizar o mercado dos laços contratuais em detrimento dos laços de solidariedade e a ética de subsistência. Para ele, sempre há melhores oportunidades para os camponeses no mercado do que nas relações de dependência personalizada que os conectam às elites e, mais do que isto, o mercado tem o potencial de reduzir o poder de barganha das elites tradicionais.

Contrastando com a ética da subsistência e da reciprocidade da economia moral camponesa, ele argumenta que as obrigações mútuas não funcionam devido aos conflitos entre os indivíduos e os grupos de interesse. E acredita que maior atenção precisa ser dada às motivações para o ganho pessoal entre os camponeses, já que essas relações são mediadas por uma lógica de investimento. Os camponeses são orientados pelo auto interesse e por isto os analisa a partir dos incentivos específicos e do cálculo econômico (Popkin, 1976, p. 29).

Popkin (1979) identifica e reconhece a cooperação na comunidade camponesa do Vietnam, no entanto, entende que ela acontece não devido à reciprocidade entre os membros, mas por constrangimentos normativos do grupo aos quais os indivíduos estão submetidos:

(...) há cooperação entre todos os membros da village para suprir bens coletivos absolutamente essenciais para a sobrevivência (tais como auto-defesa e irrigação); não havia cooperação, assim como conflito extremo entre os grupos de camponeses que, como notáveis, dominam a

comunidade e controlam a distribuição de recursos comuns e impostos. Cautela e desconfiança estruturam a forma de cooperação, mas não impedem o comportamento coletivo. (Popkin, 1976, p.96)

Há cooperação em muitas atividades, grupos pequenos em que a vigilância máxima poderia ser exercida sem necessidade de liderança especializada; (Popkin, 1976, p. 97)

Os conflitos existem, mas são restritos não devido a um valor altruístico, mas pelas possíveis consequências para o próprio grupo. (Popkin 1976, p.108)

Segundo Popkin (1979, p. 245), para os economistas morais, os movimentos camponeses são reações defensivas. Eles querem refazer as práticas e instituições tradicionais ameaçadas pelo capitalismo, pois representam uma resposta coletiva em nome do interesse coletivo do campesinato. Contrariamente, Popkin defende a tese de que o movimento camponês resulta não da identidade entre o interesse individual e coletivo, mas dos benefícios que podem trazer aos indivíduos. Assim, um camponês auto interessado contribuirá ou não para uma ação coletiva se obtiver benefícios do grupo (Popkin, 1976, p. 251). Como e em que condições podem os recursos para um projeto coletivo ser acionado conjuntamente? Além do auto interesse dos indivíduos, as mobilizações também dependem de que os indivíduos participem de uma ação coletiva quando são mobilizados por ‘políticos empreendedores’ (*entrepreneurs*), ou seja, líderes que tenham a capacidade de convencer outros a participarem em uma ação coletiva (Popkin, 1976, p. 259).

As ideias centrais para a ação coletiva são incentivos e liderança habilidosa. Similar à Olson (1965), defende que a organização é mais eficaz em grupos pequenos, pois

requerem menores incentivos ou quase nenhuma liderança devido à eficácia da contribuição de cada membro para o grupo como um todo. Em grupos pequenos de ajuda mútua, se um membro atua como um caronista (*free rider*), a ausência da sua contribuição será perceptível para todos e o grupo se dissolverá (Popkin, 1976, p. 265)

O DEBATE ENTRE ‘CAMPONÊS MORAL’ E O ‘CAMPONÊS RACIONAL’

Nesta seção discutiremos as visões de alguns autores sobre o conceito de camponês moral de James Scott e de camponês racional de Samuel Popkin. Destacaremos duas perspectivas. A primeira, de autores que elaboram suas críticas colocando em confronto as perspectivas de James Scott e Samuel Popkin e, a segunda, de autores que compreendem que não há base epistemológica para a discussão das teorias, pois referem-se a contextos históricos diferenciados.

Na primeira perspectiva, faremos referência aqui à Ricardo Abramovay (1990, p. 315-6) e Keyes (1983). Abramovay considera a crítica de Popkin à Scott demolidora. Em Popkin, o mercado não tem necessariamente um papel corrosivo e destrutivo para os camponeses, mas pode representar

uma alternativa para eles se libertarem dos laços de sujeição clientelística. Apesar de Abramovay (1990, p. 319-20) concordar com o argumento de Popkin, destaca três problemas na sua visão. Primeiro, o caráter apologético da doutrina quanto às virtudes do mercado e desenvolvimento do capitalismo, desconsiderando os inúmeros problemas sociais ocasionados pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura, como êxodo rural e pobreza urbana; segundo, o exagero do racionalismo da ação, aplicado até mesmo para o sistema feudal; e, terceiro, a ausência da subjetividade na doutrina da escolha racional.

Para Abramovay (1990), Scott (1976) tem uma visão idealizada do camponês, que vive em um mundo solidário e imóvel, e busca, apenas, alcançar necessidades culturalmente definidas ou cumprir obrigações sociais e cerimoniais frente às ameaças das forças do mercado capitalista. Ele concorda com a premissa geral sobre a internalização das normas, mas identifica uma concepção problemática da ação social em Scott:

Sua (de Scott) associação entre miséria e ética é simplista e ingênua e, sobretudo, nela não há qualquer lugar para a ação do sujeito: o conhecimento da moral camponesa é puramente dedutivo. Ele não cumpre o requisito básico de qualquer fenomenologia, que é o estudo real da consciência (Abramovay, 1990, p. 316).

Não concordamos plenamente com a crítica de Abramovay de que, para Scott, o “conhecimento da moral camponesa é puramente dedutivo”. O livro *A economia moral dos camponeses* apresenta um amplo material empírico primário e de outras fontes que fundamentam os princípios do conceito de economia moral. Os trabalhos posteriores de James Scott (1985; 1986; 1990) são uma prova do seu meticuloso trabalho etnográfico e de evidência documental que fundamenta sua teoria. Neste sentido, diferentemente de Abramovay e Haggis *et al.* (1986), Evans (1986, p. 26) afirma:

As observações de Scott das relações de poder na village e as respostas dos camponeses às mudanças têm o status das melhores análises antropológicas e sociológicas da transformação social do mundo camponês no sudeste asiático. Mas, ele também tem ambições teóricas mais amplas.

Esta observação sobre o trabalho de Scott baseia-se na leitura não apenas do livro *Moral Economy* (1976), mas, também, do *Weapons of the Weak* (Scott, 1985) e do artigo *Everyday practices of resistance* (2002).

Enquanto Abramovay enfatiza que os dois autores têm teorias contrastantes, Keyes (1983) defende que nenhuma das duas podem ser consideradas teorias gerais: “história não deve ser subordinada à teoria da ação social do campesinato que tem aplicação universal” (Keyes, 1983, p. 754). Keyes critica, igualmente, Scott e Popkin por pretenderem criar uma teoria geral do campesinato e

defende um ponto de vista contrário, acredita que apenas as análises de valores de camponeses específicos permitem entender suas ações.

teorias como as de Scott e Popkin podem levantar questões importantes, mas respostas a estas questões, caso existam boas respostas, devem tomar em consideração não apenas as condições objetivas que influenciam a ação social, mas também o 'espaço social' historicamente situado dentro do qual a ação de fato acontece. (Keyes, 1983, p. 754).

Ambas as teorias seriam aplicáveis, dependendo do contexto histórico específico e da metodologia de análise. O que Scott descreve como o camponês moral poderia ser compreendido como camponês racional, e o camponês racional de Popkin é apenas parcial, pois as motivações de auto interesse são sempre condicionadas por um quadro cultural. Analisando as atividades econômicas dos camponeses na Tailândia entre 1960 e 1980, Keyes (1983) chega à conclusão que eles atuam racionalmente para promover o seu bem-estar e de suas famílias. No entanto, estudos etnográficos podem também mostrar que os camponeses se situam em um mundo modelado por um ethos moral distintivo (Keyes, 1983, p. 766).

Assim, Keyes (1983), ao apresentar uma leitura relativista das duas perspectivas teóricas, secundariza o quadro teórico maior dos dois autores e propõe a aplicabilidade de ambas em contextos históricos específicos ou metodologias específicas.

A segunda perspectiva questiona a possibilidade de comparação entre os dois autores. Destacaremos aqui as visões de Kurtz (2000) e Evans (1986). Kurtz compreende que não há base epistemológica de comparação entre Scott e Popkin, pois não tratam do mesmo objeto de estudo. Scott analisa os camponeses pré-capitalistas em transição, sob a influência da expansão do estado e do capitalismo internacional e colonial. Popkin trata de um campesinato já sucumbido às forças da comercialização e modernização (Kurtz 2000, p.106-7). Kurtz (2000, p. 107) formula algumas críticas a ambos os autores, argumenta que a teoria do camponês racional de Popkin só seria válida em um contexto em que a transformação da agricultura comercial e a racionalidade do mercado tivessem se expandido de forma generalizada e profunda. A teoria da economia moral de James Scott só seria válida para comunidades pré-capitalistas. Ambas as teorias se referem a camponeses, no entanto, não são comparáveis porque estão falando de atores sociais situados em contextos históricos diferenciados.

Grant Evans (1986), assim como Kurtz (2000), entende que as perspectivas de Scott e Popkin não são comparáveis. Ambos evidenciam os limites da teoria de James Scott ao se referir apenas a situações de campesinato pré-capitalista. No entanto, Evans (1986, p. 35-37) identifica tensões nesse pressuposto, pois Scott enfrenta dois objetivos que competem entre si e são algumas vezes conflitantes. Primeiro, busca compreender a desintegração da economia moral camponesa no sudeste asiático e os

impactos sobre os valores camponeses e sua consciência; segundo, procura um sujeito radical situado além do alcance do capitalismo hegemônico. De um lado, há uma preocupação com um caso histórico particular, mas, de outro lado, há a pretensão da construção de uma teoria mais geral.

Ao longo do livro *Economia Moral*, está colocada subliminarmente a ideia de um camponês como um sujeito histórico relativamente autônomo da dominação das elites e do estado. No sétimo (e último) capítulo do livro ‘Economia moral do camponês’, que trata das formas de repressão, revolta e resistência, aquela ideia aparece com maior evidência. Evans (1986), entre os vários críticos a que tivemos acesso, é o que melhor enfatiza este aspecto. Ao analisar os livros *Economia moral* (Scott, 1976) e *Armas dos fracos* (Scott, 1985) e três outros artigos (Scott, 1977^a; 1977^b; e 1979), identifica uma busca subjacente das bases do camponês como um sujeito radical que resiste ao capitalismo e ao estado (Evans, 1986, p. 21).

Scott tem perseguido insistentemente as bases sociais de um outro sujeito radical que não o proletariado. De fato, ele argumenta que o proletariado é fatalmente comprometido porque está organicamente ligado à classe capitalista, enquanto o camponês não está do mesmo modo vinculado a uma classe superior devido a sua relativa autonomia como produtor de alimentos. Isto, ele diz, é a base social da autonomia cultural camponesa, considerando que a comunidade camponesa é histórica e funcionalmente anterior às cidades (Evans, 1986, p. 20)

O esforço teórico de James Scott em demonstrar que o camponês é um sujeito histórico autônomo revela a possibilidade de que a teoria da economia moral dos camponeses seja uma referência tanto para as sociedades e/ou grupos pré-capitalistas quanto para as capitalistas (Evans, 1986). Na última parte deste artigo, abordaremos brevemente como alguns autores que dialogam com James Scott defendem a aplicabilidade da teoria de economia moral não apenas para sociedades pré-modernas, mas, também, para as sociedades contemporâneas.

ECONOMIA MORAL: APLICAÇÕES NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Alguns autores, tais como Booth (1993; 1994), identificam que a perspectiva de Scott se associa à teoria de Karl Polanyi sobre a diferença entre sociedades *embedded*, cuja organização social é baseada em instituições sociais como parentesco, religião e política e sociedades *disembedded*, aquelas orientadas por instituições mercantis:

O ponto central da escola da economia moral é que a economia é um ‘processo instituído’, em que várias formas institucionais integram a atividade econômica (Polanyi, 1960: 329; Polanyi, 1977: 35). Esta reivindicação é então subdividida para dizer que há 3 formas de integração: redistribuição, reciprocidade e troca. Apenas a última invoca mercados, isto não quer dizer que seja do tipo “perverso” (isto é, incluindo mercados de trabalho e terra). Por último, o terceiro ponto crucial é que a produção e distribuição da sobrevivência humana têm sido considerada em referência a dois caminhos: incorporados (*embedded*) em instituições sociais (lê-se não

econômicas) e *disembedded* – através do mercado moderno pervasivo e autônomo. (Booth, 1993, p. 951).

Booth reafirma a teoria de Karl Polanyi de que as sociedades de mercado não se organizam apenas através das relações de troca mercantil, mas, também, de instituições sociais de redistribuição e regras de reciprocidade. Assim, a teoria da economia moral não se restringe apenas a sociedades pré-capitalistas. Em outro artigo, Booth (1994, p. 662) discorda dos teóricos que pensam a economia moral a partir do contraste entre tipos de sociedade e defende o conceito de economia moral como um poderoso e polêmico caminho de pensar normativamente a economia. Ele defende o ponto de vista de que todas as economias, incluindo aquelas próximas do tipo de mercado pervasivo (quer dizer, do mercado globalizado e invasivo) são economias morais, instituídas no quadro ético de suas comunidades. Observa ele corretamente que estas são também economias morais, instituídas no contexto ético das sociedades. Diferentemente da perspectiva contrastiva entre sociedades de mercado e sociedades não-de-mercado, Booth (1994, p. 663) propõe pensar uma economia ética, ou melhor, qualquer economia como portadora de uma dimensão ética. Ele fundamenta sua proposta teórica na ideia da comunidade grega – *Koinōmia* –, analisada pelos filósofos gregos clássicos – Aristóteles, Platão –, em que o fenômeno econômico era indissolúvelmente relacionado aos assuntos políticos e éticos: o *oikos*, ou unidade familiar, com suas gradações e propósitos sociais econômicos e não econômicos (ambos enraizados no senso de justiça e do bem), foi o tipo ideal à luz do qual a economia da cidade foi compreendida (Booth, 1994, p. 654).

A noção de *oikos* é similar à de *village* camponesa, no sentido de sua organização através de normas e instituições não mercantis. Nesta perspectiva, Booth compreende que James Scott aplica os princípios éticos do *oikos* à comunidade camponesa ao identificar como princípio fundamental a ética da subsistência baseada em noções de justiça social, preço justo e regras de reciprocidade.

Em resumo, Booth (1993, 1994) enfatiza a qualidade ético-política dos trabalhos fundamentados na noção de economia moral. Neste sentido, propõe o uso deste referencial também para sociedades de mercado e seus quadros normativo e institucional⁷.

Booth (1993, 1994) e Evans (1986) defendem a aplicabilidade do conceito de economia moral aos camponeses inseridos numa ordem capitalista. Na complexa realidade agrária de muitos países capitalistas, inclusive do Brasil, podemos identificar muitos elementos que corroboram a perspectiva analítica destes autores. Isso nos leva a ver positivamente sua contribuição teórico-analítica. Embora a

⁷ Agradecemos aqui as referências e frutíferas discussões do amigo Lei Guang, sobre a aplicação do conceito de economia moral às relações de trabalho e aos códigos trabalhistas na China contemporânea. Compartilhamos um rico intercâmbio intelectual durante o Estágio Pós-Doutoral, realizado de julho de 2004 a junho de 2005, no Agrarian Studies Program, Yale University, coordenado por James Scott.

teoria da economia moral, nos termos propostos por James Scott, tenha sido pensada originalmente para casos de sociedades pré-mercado ou grupos ameaçados pela expansão da sociedade de mercado, pensamos que os princípios fundamentais, tais como ‘segurança-primeiro’, ‘ética da subsistência’ e a ‘noção de justiça associada à reciprocidade’, podem ser instrumentos teórico-metodológicos para compreender a lógica econômica e as expressões políticas de certos grupos camponeses na atualidade no Brasil. Esses princípios, no entanto, não podem ser mobilizados como modelos a partir dos quais enquadramos as realidades empíricas, mas como recursos heurísticos de interpretação das formas diversas de organização econômica, social e política dos camponeses.

Entendemos que seria possível e importante relacionar o debate proposto a questões atuais do Brasil, especialmente em se tratando de um país com uma história agrária diversificada e com regiões com formações sociais no campo tão diversas. No entanto, isso exigiria um desenvolvimento mais amplo das questões aqui enfocadas, para poder precisar melhor os pontos de aproximação e distanciamento, o que ultrapassaria o escopo proposto do presente artigo. Fica assinalada a validade do debate, cuja continuidade e aprofundamento poderiam favorecer tanto o exame de novos materiais empíricos, como o levantamento de novas questões teóricas no contexto do debate atual.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Duas visões do comportamento camponês. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.20, no.2, maio-agosto 1990, p.305-322.
- ARNOLD, Thomas Clay Rethinking Moral Economy. *American Political Science Review*, Vol. 95, no.1, march 2001, p. 85-95.
- KEYES, Charles F. Introduction. *The Journal of Asian Studies*, vol.42, no.4, aug. 1983, p. 753-868.
- BOOTH, William James. J. A Note on the Idea of the Moral Economy. *The American Political Science Review*, vol. 87, no.4, dec., 1993, p. 949-954.
- BOOTH, William James. J. On the Idea of the Moral Economy. *The American Political Science Review*, vol. 88, no.3, sept. 1994, p. 653-667.
- CAILLÉ, Alain. A Antropologia do Dom. *O terceiro paradigma*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- CHAYANOV, Alexander V. *The Theory of Peasant Economy (1926)*. Edited by Daniel Thorner; Basile Kerblay y R. e. F.Smith. Illinois: The American Economic Association, by Richard D. Irwin Inc.,1966.
- COLBURN, Forrest D. Current studies of Peasants and rural Development: Applications of the Political Economy Approach. *World Politics*, Vol.34, no.3, Apr. 1982, p. 437-449.
- EVANS, Grant. From Moral Economy to Remembered village. *The Sociology of James C. Scott*. Australia: Centre of Southeast Asian Studies, Monash University, Working Paper, n. 40, 1986.
- NASCIMENTO, Celso Gestermeier. G. *Os Aymara: construindo a revolução índia no ciberespaço*. Tese de Doutorado. Campina Grande: UFCG, 2009.

- GODÓI, Emilia Pietrafesa. *O Trabalho da Memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- GODÓI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Marilda A, e MARIN, Rosa A. *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. Volume I: Construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- GODÓI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Marilda A, e MARIN, Rosa A. *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. Volume II: Estratégias de reprodução social. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*, 5ª. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HAGGIS, Jane; JARRETT, Stephanie; TAYLOR, Dave and MAYER, Peter. By the Teeth: A Critical Examination of James Scott's. The Moral Economy of the Peasant. *World Development*, vol.14. no.12, 1986, p. 1435-1455.
- HOBSBAWN, Eric J. e RUDÉ, George. *Captain Swing: A Social History of the Great Agricultural Uprising of 1830*. New York: W.W. Norton, 1975. Idem?
- KURTZ, Marcus J. Understanding peasant revolution: From concept to theory and case. *Theory and Society* no. 29, 2000, p. 93-124.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Crime and Custom in Savage Society*. London: Paul Trench, Trubner, 1932.
- MARTINS, Paulo Henrique Martins. *Polifonia do Dom*. Recife: Ed. UFPE, 2006.
- MARTINS, Paulo Henrique Martins(org.)). *A dádiva entre os modernos*. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social. RJ: Vozes, 2002.
- MAUSS, Marcel. *The Gift: Forms and Functions of Exchange in Archaic Societies*. Glencoe: Free Press, 1954.
- MENEZES, Marilda A. *Reciprocidade e Campesinato*. In: Martins, P.H. Polifonia do Dom. Recife: Ed. UFPE, 2006.
- MENEZES, Marilda A. O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, no.01, jan-jun 2002, p.32-44.
- MONSMA, Karl. James C. Scott e resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. *Boletim Bibliográfico*, nº 49, Rio de Janeiro, 1º semestre de 2000, pp. 95-121.
- MOORE, Barrington. *Social Origins of Dictatorship and Democracy*. Boston: Beacon Press, 1966.
- NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão na História: saque e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- NEVES, Frederico de Castro e MENEZES, Marilda A. Resenha: SCOTT, Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistancee Domination and the arts of Resistance: bidden transcripts. *Trajeto – Revista de História da UFC*. Fortaleza, vol. I, 2001.
- NEVES, Frederico de Castro. Economia Moral versus Moral Econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?). *Projeto História (PUCSP) JCR*, São Paulo, v. 1, n. 16, p. 39-58, 1998.
- OLSON, Mancur. *The Logic of Collective Action*. Cambridge. Massachusetts: Harvard University Press, 1973.

- PAIGE, Jeffery M. Social Theory and Peasant Revolution in Vietnam and Guatemala. *Theory and Society*, Vol. 12, no.6, Nov. 1983, p.699-737.
- POLANYI, Karl. *The Great Transformation*. The Political and Economic Origins of Our Time. Foreword by Joseph E. Stiglitz and Introduction by Fred Block. Boston: Beacon Press, 2001.
- POPKIN, Samuel. *The Rational Peasant...* Berkeley: University of California Press, 1979.
- REDFIELD, Robert. *Peasant Society and Culture: an Anthropological approach to Civilization*. Chicago: University of Chicago Press, 1956.
- REDFIELD, Robert. *The Little Community and Peasant Society and Culture*. Chicago: University of Chicago Press, 1960.
- SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. *Raízes*, Campina Grande, Ano XVIII, no.20, nov.,1999, p.41-49.
- SCOTT, James C. *The Moral Economy of the Peasant*. Rebellion and subsistence in southeast Asia. New Haven: Yale University, 1976.
- SCOTT, James C. Hegemony and Peasantry. *Politics and society* 7:3;1977a, p. 267-296.
- Scott, James C. Protest and Profanation: Agrarian Revolt and the Little Tradition, Part II. *Theory and Society*, Vol. 4, no.2; Summer 1977b, p.211-246.
- SCOTT, James C. Revolution in the Revolution: Peasants and Comissars. *Theory & Society*, Vol.7, Issue ½, Jan/Mar, 1979, p. 97-134.
- SCOTT, James C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University, 1985.
- SCOTT, James C. Everyday forms of Peasant Resistance. *Journal of Peasant Studies*, Vol.13, no.2, jan., 1986, p. 5-35.
- SEN, Amartya. 1986. *On Ethics and Economics*. Oxford: Blackwell
- SEN, Amartya. *Rational Fools: A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory In: Beyond Self-Interest*, ed. Jane J. Mansbridge. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- SHANIN, Theodor. The Peasantry as a Political Factor. *Sociological Review*, volume 14, no. 1, 1966.
- THOMPSON, Edward Palmer. Time, work-discipline, and industrial capitalism. *Past and Present*, 38, 1967, p. 56-97.
- THOMPSON, Edward Palmer The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century. *Past and Present* 50, 1971, p. 76-136.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- UPSHA, Peter. *Explanation of political violence: some psychological theories versus indignation*, *Politics and Society*, n. 2, 1971, p.89-104.
- Wolf, Eric. *Peasant wars of the Twentieth Century*. New York: Harper and Row, 1969.
- WOLF, Eric. Close Corporate Communities in Meso-America and Java. *Southwestern Journal of Anthropology* ,13, spring 1957, p. 1-18.
- WOLF, Eric. Kinship, Friendship and Patron – client Relations in Complex Societies. In: Michael Banton (ed.) *The Social anthropology of Complex Societies*. ASA Monographs. London: Tavistock Publications, 1966.

WOLF, Eric. *Peasants*. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

WOLFORD, Wendy. Agrarian Moral Economies and Neo-liberalism in Brazil: competing World-Views and the State in the Struggle for Land, *Environment and Planning*, volume 26, 2005, p.241-261.